

ATA N.º 14 (REUNIÃO PRIVADA)

ooxxxoo

000

ABERTURA DA REUNIÃO -----

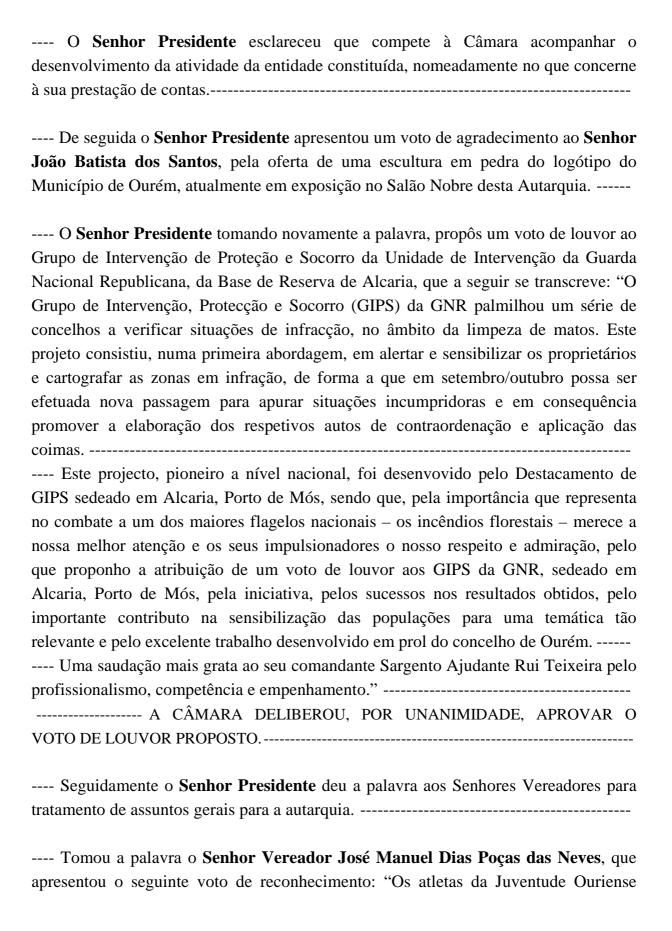
OOXXXOO

000

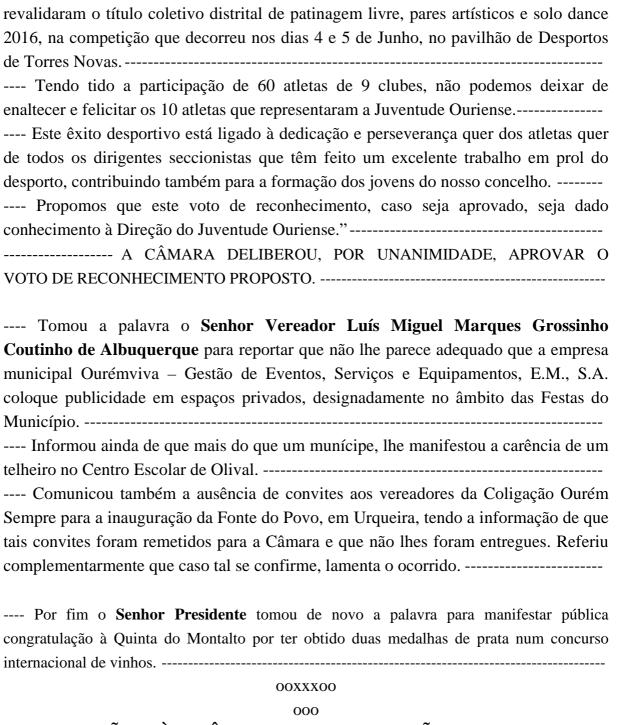
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

autorizado a constituição da nova empresa participada? -----

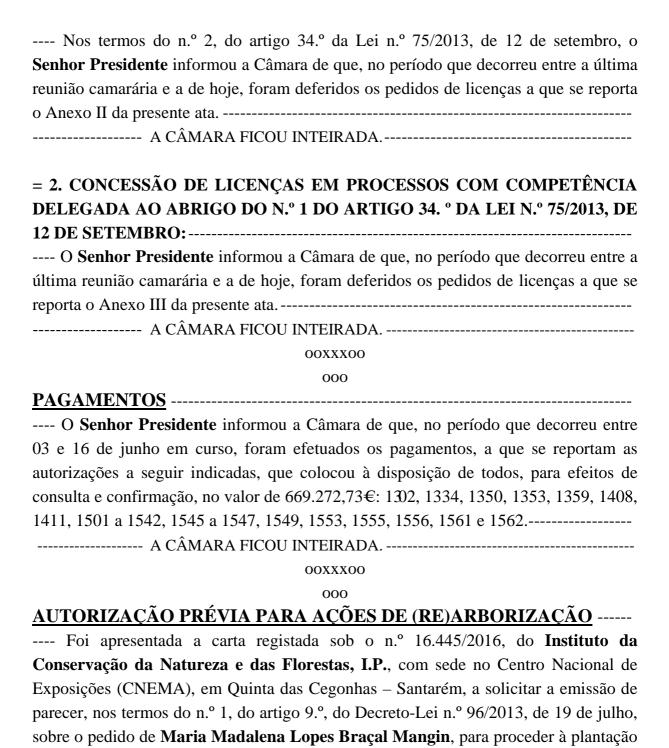




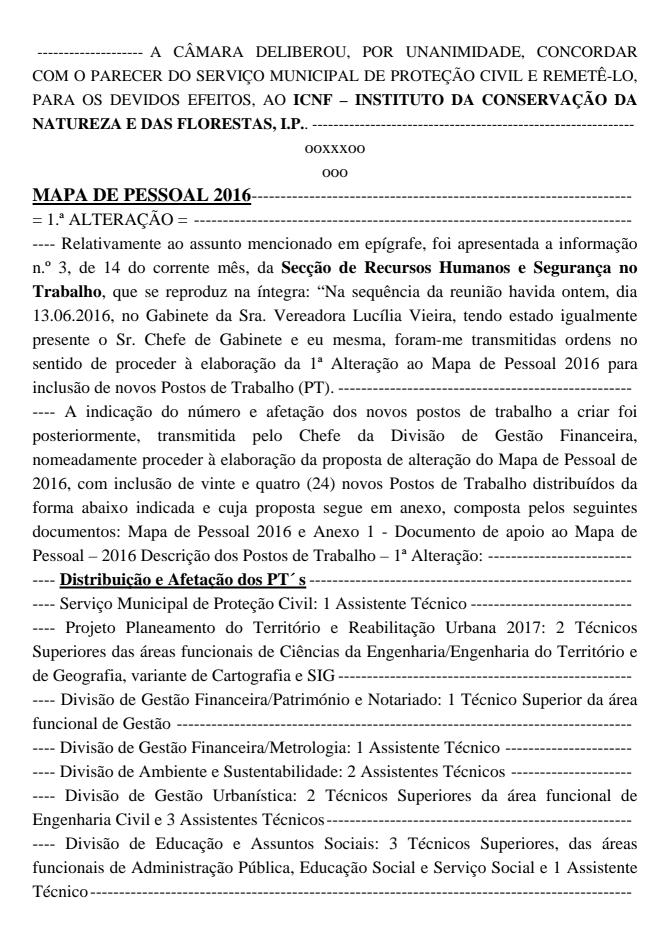




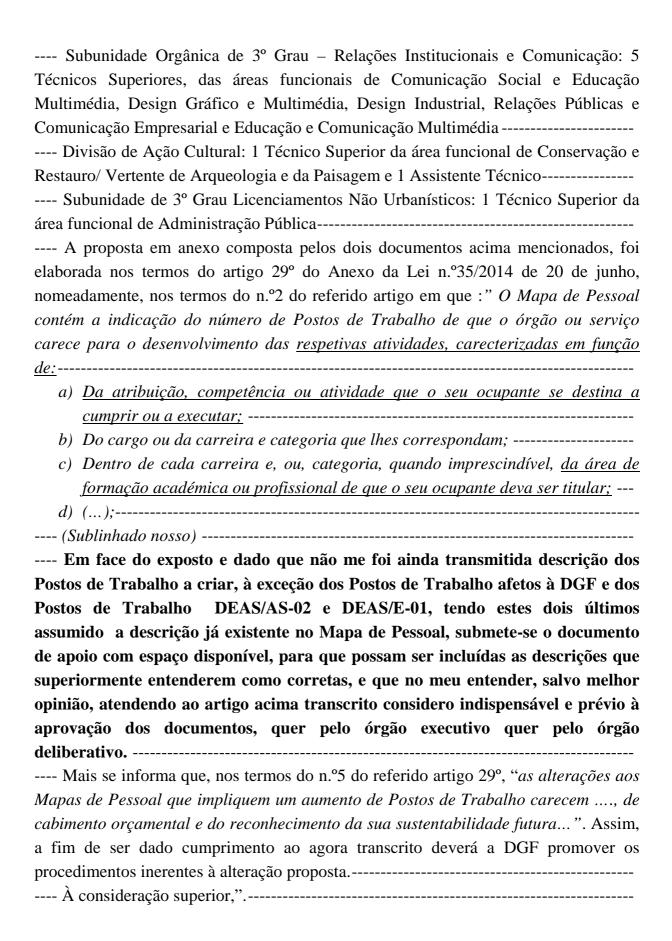
INFORMAÇÃO À CÂMARA DAS DECISÕES DO SENHOR PRESIDENTE EM CONSEQUÊNCIA DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EFETUADA EM REUNIÃO DE 29 DE MAIO DE 2015 = 1. CONCESSÃO DE LICENÇAS PARA CONSTRUÇÃO, REEDIFICAÇÃO OU CONSERVAÇÃO, BEM COMO APROVAÇÃO DOS RESPETIVOS PROJETOS, NOS TERMOS DA LEI:









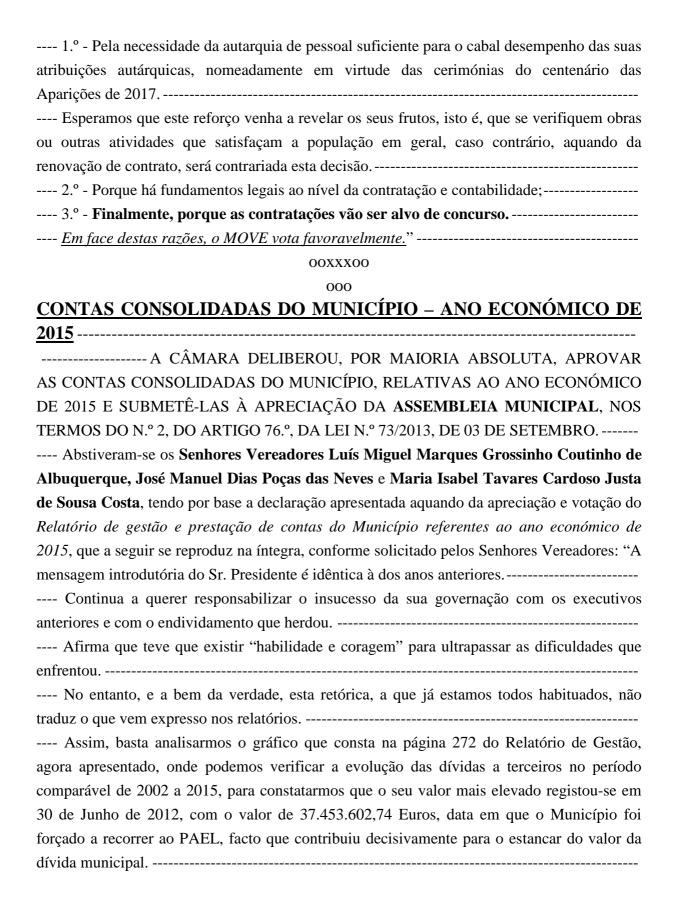


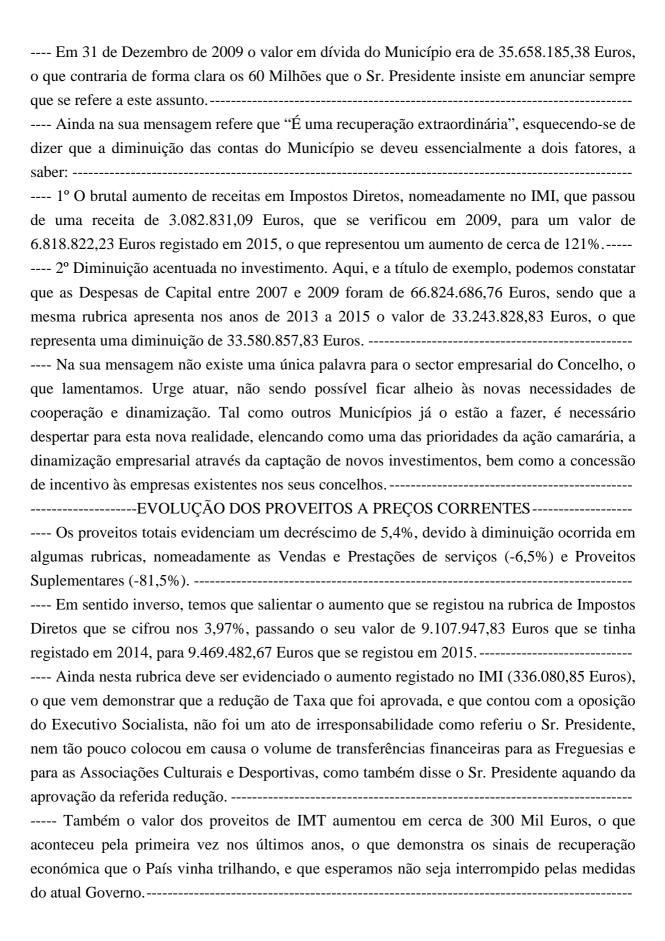


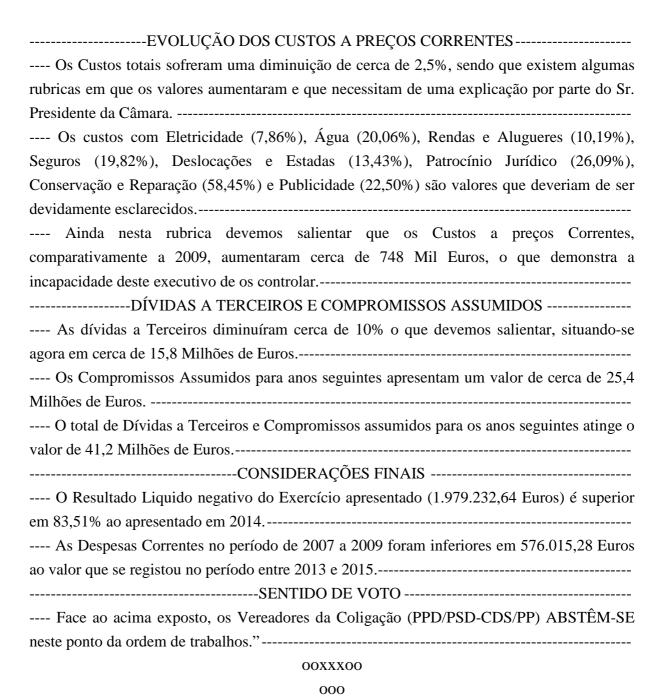
---- O processo encontra-se instruído com a informação n.º 68/16, datada desse mesmo dia, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, que de igual modo se transcreve: "No âmbito da alteração ao mapa de pessoal proposta, considerando que os lugares a prover serão em início de carreira e que se dispõe a premissa de que o início de funções se fará em data igual ou posterior a 1 de outubro de 2016, apura-se um aumento dos encargos anuais com despesas de pessoal na ordem dos 445,6 mil euros, dos quais se configura uma despesa incidente no ano económico em curso (2016) de 104,3 mil euros (após arredondamentos nas diversas classificações económicas na revisão orçamental promovida, ascende a 106 mil euros). --------- A despesa proposta dispõe de adequado enquadramento orçamental em observância ao Decreto-Lei n.º 54-/99, de 22 de fevereiro, na circunstância da revisão orçamental n.º 1/2016 (vide SGD 16641/2016) merecer aprovação pelo órgão deliberativo, pelo que a aprovação desta alteração ao mapa de pessoal está condicionada à prévia aprovação da revisão orçamental n.º Complementarmente, importa mencionar que se verifica a existência de fundos disponíveis em montante suficiente apurados nos termos da LCPA.--------- Neste contexto, importa ainda observar o disposto na LOE/2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30/03), particularmente o previsto nos artigos 32.º e 33.º. Deste modo, restabelecese a possibilidade de se proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável, respeitando as regras do equilíbrio orçamental e o cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, havendo a obrigação de reporte de informação detalhada à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), sendo certo que o incumprimento do dever de informação determina a retenção das transferências do Orçamento de Estado até um máximo de 20% do montante total das ---- Consequentemente, a despesa proposta poderá ser autorizada, porquanto estão observadas as regras do equilíbrio orçamental bem como o cumprimento dos limites de endividamento. Complementarmente, importa garantir o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Ajustamento Financeiro, circunstância que exige uma monitorização permanente, devendo-se promover uma poupança face às metas previstas no capítulo da aquisição de bens e serviços para o ano em curso, em montante igual ou superior ao resultante da despesa emergente desta alteração ao mapa de pessoal. --------- O órgão competente para aprovar esta despesa e consequentemente a alteração ao mapa de pessoal proposto, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 29.º da Lei 35/2015, é a

entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, ou seja, o órgão deliberativo, salientando que o mapa em referência é parte integrante dos documentos previsionais das autarquias locais.--------- À consideração superior,".--------- Do processo faz ainda parte a informação n.º 4, datada de 15 também do mês em curso, da referida Secção de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho, que igualmente se reproduz na íntegra: "Em aditamento à informação n.º3 datada de 14.06.2016 e no seguimento do fornecimento da caracterização dos Postos de Trabalho por parte dos Dirigentes, e dado que com o fornecimento dessa caracterização, se verificou que os novos Postos de Trabalho (PT) anteriormente referidos, com os códigos DEAS/E-01 e DEAS/AS- 02 não podiam assumir a caracterização anteriormente existente, houve necessidade de criar os Postos de Trabalho (PT) DEAS/E-02 E DEAS/AS-03, daí que exista a necessidade de remeter novo Mapa de Pessoal 2016 e novo documento de apoio ao Mapa de Pessoal – 2016, Anexo 1 Descrição dos Postos de Trabalho – 1ª alteração, para substituição dos anteriormente enviados. --------- À consideração superior,".---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL E SUBMETÊ-LA À APRECIAÇÃO DA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL** PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA O) DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-------- Votaram contra os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, pelo facto de terem recebido, fora de prazo, alguns documentos do processo. --------- O Senhor Vereador João Paulo Pina Rebelo apresentou a seguinte declaração de voto: "As Câmaras Municipais ao nível do País, por contingências legais, estiveram impedidas de contratar pessoal. --------- Analisada que foi toda a documentação referente a esta matéria, comprova-se que a proposta em apreço: -----a) Justifica a carência de pessoal; -----b) Dispõe de adequado enquadramento orçamental e respetivos fundos disponíveis;----c) Poderá ser autorizada porquanto estão observadas as regras do equilíbrio financeiro. ------ O sentido de voto do Move assenta em três pressupostos: -----









MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – ANO ECONÓMICO DE 2016

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, sobre o assunto designado em epígrafe, prestou a sua informação n.º 64/16, datada de 13 do corrente mês, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: "Nos termos do ponto 8.3.1, particularmente face ao disposto na alínea a) do ponto 8.3.1.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em observância aos princípios orçamentais



definidos no ponto 3.1 do citado diploma apresenta-se, em anexo, a 1.ª proposta de revisão orçamental relativa ao ano económico de 2016, na qual consta: ------

- 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita Ano económico de 2016 -----
- 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa Ano económico de 2016; -----
- 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2016/2019. -----

---- Quadro resumo da alteração proposta apresentada: -----

------Quadro – Resumo do Orçamento da Receita-----

uni: Euro

Designação	Previsões Actuais	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Dotações Corrigidas
Receitas correntes	28.048.697,00	0,00	1.000.000,00	27.048.697,00
Receitas de capital	4.813.852,00	0,00	991.955,44	3.821.896,56
Outras receitas	101,00	2.991.955,44	0,00	2.992.056,44
Total de Receitas	32.862.650,00	2.991.955,44	1.991.955,44	33.862.650,00

---- Neste âmbito, afecta-se à receita municipal o saldo orçamental da gerência apurado referente ao exercício de 2015 (conforme mapa de fluxos de caixa constante nos documentos de prestação de contas de 2015), tendo como contrapartida a anulação em 1 milhão das receitas resultante do imposto municipal sobre imóveis e em aproximadamente 992 mil euros da participação comunitária em projetos cofinanciados. A diminuição prevista no imposto municipal sobre imóveis, resulta de uma assinalável quebra verificada nas cobranças inerentes à primeira prestação, essencialmente resultantes das isenções atribuídas a emigrantes (no sistema informático de apuramento e cobrança da Autoridade Tributária e Aduaneira surgem sem rendimentos e por interpretação, embora em minha opinião manifestamente errada, confere-lhes automaticamente a isenção no IMI, circunstância que deveria ser passível de correção, considerando a ausência de justiça tributária patente), bem como dos benefícios fiscais vigentes na hotelaria, que estabelece a possibilidade de ser concedida a utilidade turística e consequentemente, a isenção temporária do IMI subjacente, circunstância que em virtude à materialmente relevante representatividade deste setor, no território de Fátima, está a resultar num impacto negativo substancial nas receitas municipais deste imposto. -----

---- Relativamente aos fundos comunitários, considerando que está a terminar o primeiro semestre de 2016, não se verificando a captação de um único euro inerente ao novo quadro comunitário (Portugal 2020) e não se perspectivando que tal venha a ocorrer, pelo menos de forma significativa, até ao final do ano em curso, torna-se elementar efetuar a regularização proposta.------



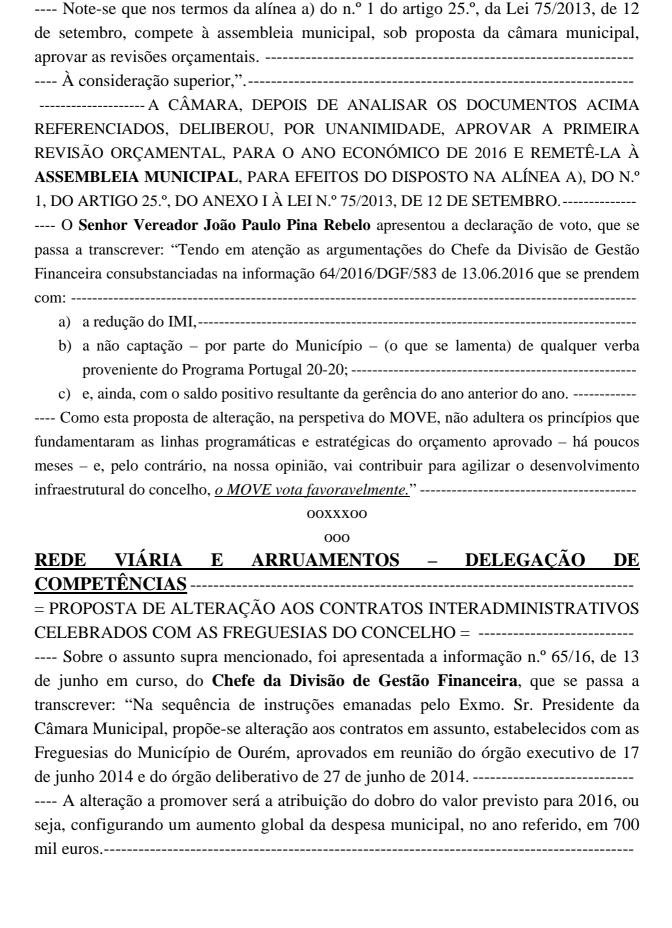
Quadro – Resumo do Orçamento da Despesa
milhão de euros
Em suma, o orçamento global da receita do município sofre um aumento em 1

uni: Euro

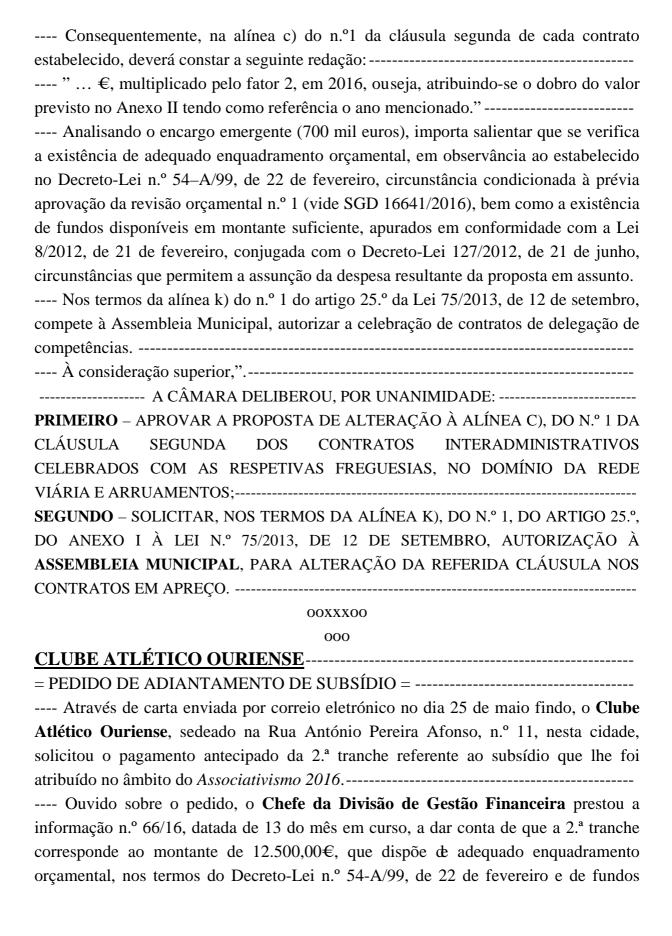
Designação	Dotações Actuais	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Dotações Corrigidas
Despesas Correntes	21.930.150,00	806.000,00	0,00	22.736.150,00
Despesas de Capital	10.932.500,00	194.000,00	0,00	11.126.500,00
Total de Despesas	32.862.650,00	1.000.000,00	0,00	33.862.650,00

- ---- Neste contexto, face ao aumento global das receitas em 1 milhão de euros, efetuaram-se as seguintes inclusões/correções:-----

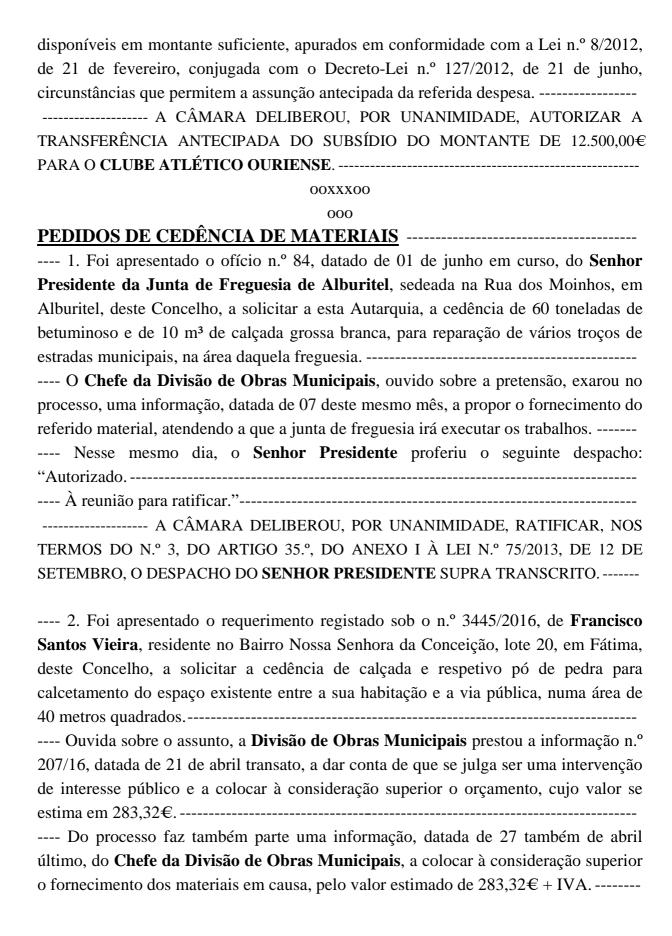
 - ✓ Aumento em 700 mil euros no projeto 11/002 2016/123, tendo como objetivo o acréscimo do valor a atribuir às Freguesias em 2016, no âmbito da Delegação de Competências, Contratos Interadministrativos Celebrados com as Juntas de Freguesia no Domínio da Rede Viária e Arruamentos; ------
 - ✓ Abertura com 25 mil euros em 2016 do projeto 02/001 2016/176 para eventual negociação da aquisição de imóvel na cidade de Ourém para o desenvolvimento de atividades culturais. -----
 - ✓ Inclusão de dois novos projetos para candidatura ao Aviso POSEUR-12-2016-38, concretamente: ----
 - o 06/001 2016/175-1 Redes de Drenagem de Águas Residuais (Freguesia de Fátima Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga), 84.500 euros em 2016, 915.500 euros em 2017 e 10.000 euros em 2018; ------
 - o 06/001 2016/175-2 Redes de Drenagem de Águas Residuais (Freguesias de Espite, Matas e Cercal), 84.500 euros em 2016, 1.915.500 euros em 2017 e 10 mil euros em 2018. -----
- ---- Em resultado das alterações promovidas ao orçamento da despesa (incluindo GOP's), o seu valor global aumentou 1 milhão de euros, mantendo-se, deste modo, o princípio do equilíbrio, em virtude de igual aumento ocorrido no orçamento da receita.



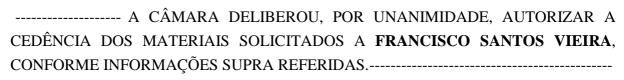












ooxxxoo

000

- Da análise feita na informação 152/2016/DOM/1060, é referido pela técnica que não existe qualquer pilar estrutural (alínea d do ponto 2), o que não corresponde á verdade, como se pode verificar na fotos 1, 2 e 3, e como verificado no local, ou seja, ao nível estrutural a obra cumpriu o projecto;------



Foto 1



Foto 2



Foto 3

- A execução do referido muro foi deliberada em reunião de câmara a 10 de Abril de 2006;-----
- A obra foi executada, entre outras através da empreitada P045/2006 Recuperação da E.N. 349 entre o quilómetro 35+765 (Memória / Limite do distrito de Leiria) e o quilómetro 54 + 125 (Ourém) Freguesia do Olival;-----
- De referir e como se pode verificar em mapa anexo (levantamento á data) dos muros a executar no âmbito da requalificação da EN349, o muro foi projectado para uma altura média de 0.80m, sendo que á data de hoje tem uma altura média de 2.60 (ver anexo1); -------
- Como se pode verificar ao longo da via, os muros em causa foram acrescentados. O muro contíguo a este e da propriedade do Sr. Carlos Justo Marques foi projectado também com 0.80m de altura e como se verifica foi acrescentado à posterior, como se pode verificar nas fotos 4,5 e 6;-------



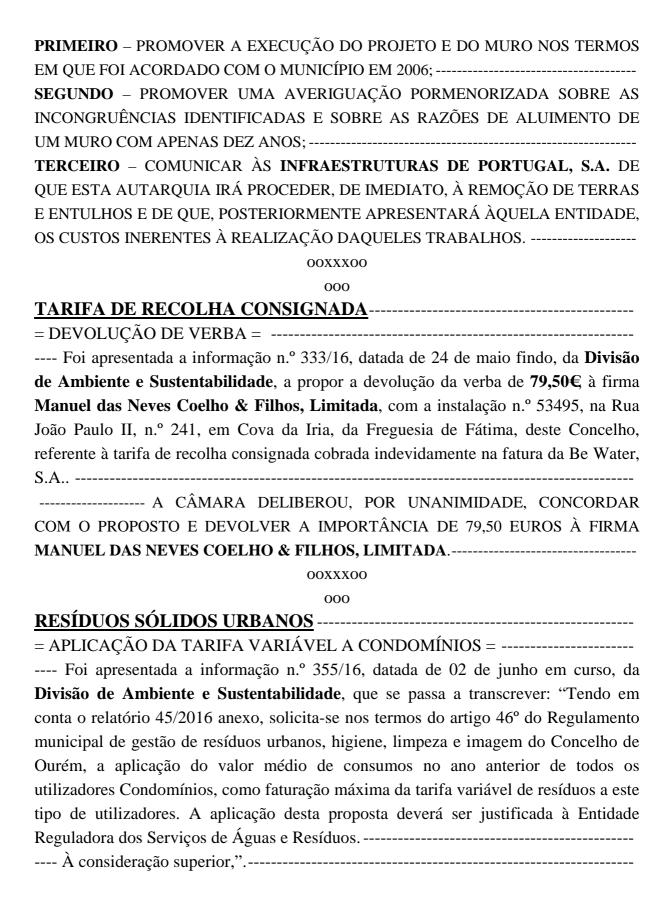
Foto 4



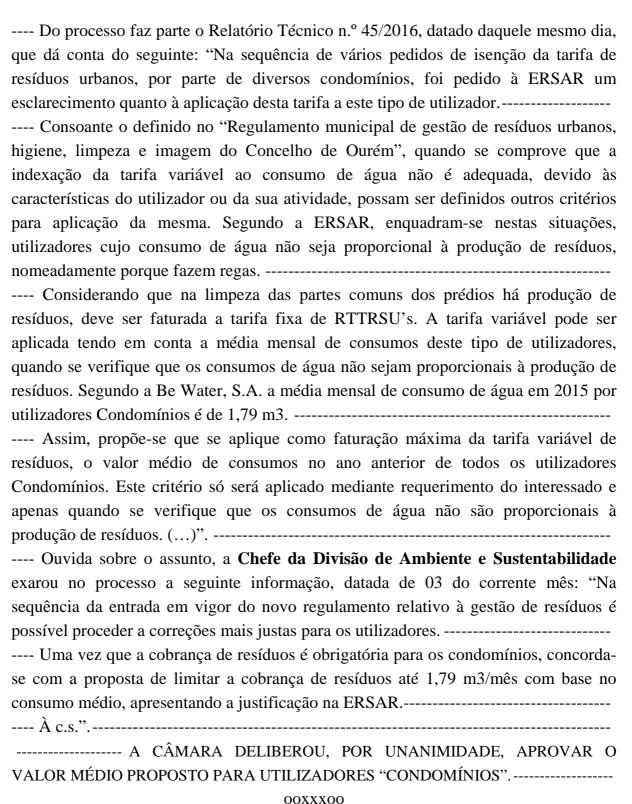
Foto 5



Foto 6

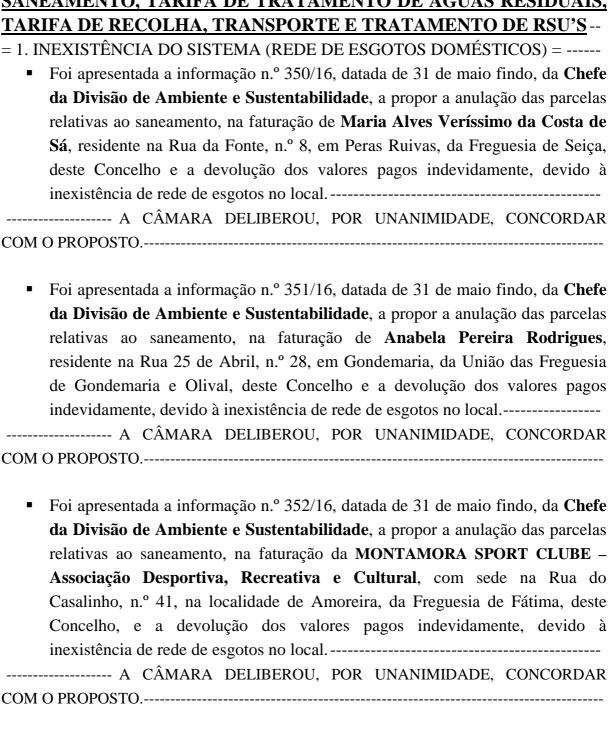






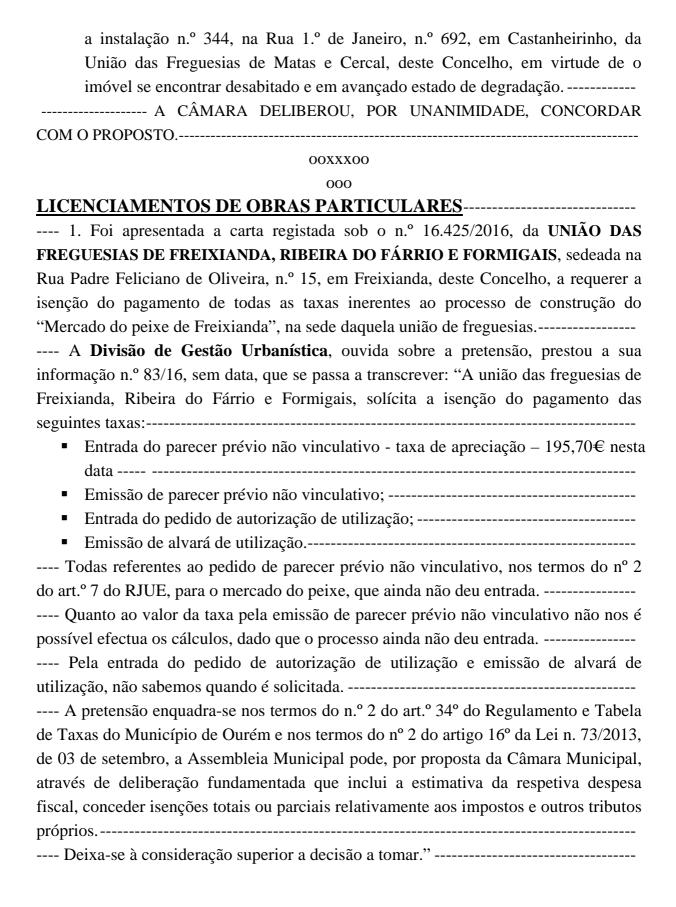


TAXAS DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E SISTEMA DE SANEAMENTO, TARIFA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, TARIFA DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RSU'S --

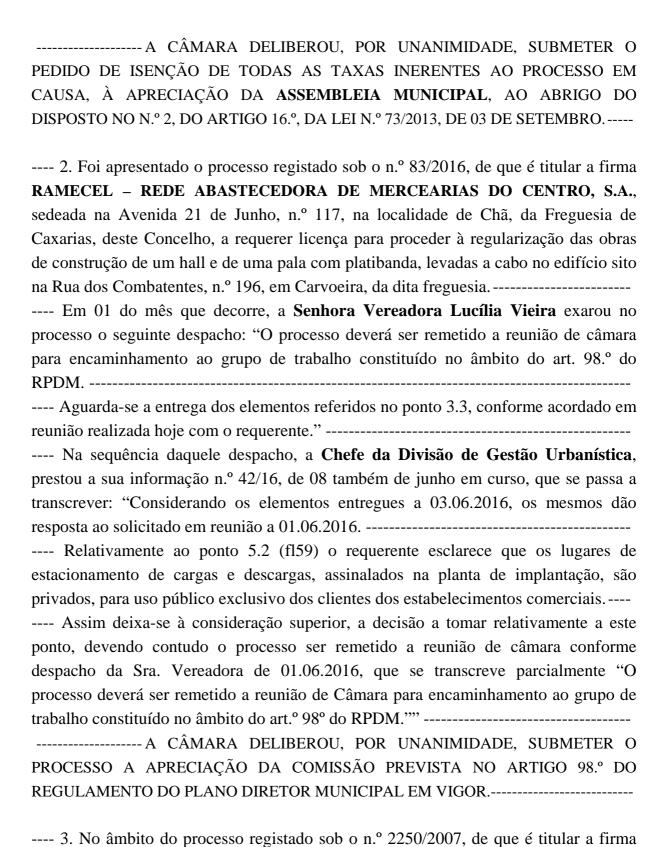


■ Foi apresentada a informação n.º 338/16, de 25 de maio findo, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, a propor a anulação do contrato e da dívida acumulada, desde maio de 2016, em nome da **Franclim Marques Pereira**, com

= 2. IMÓVEL DESABITADO = ------





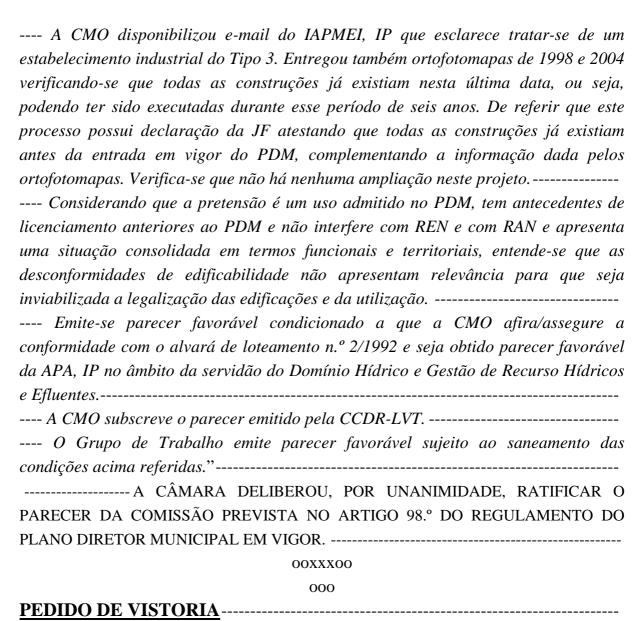


FUTURVALOR – **Construção Civil Unipessoal, Limitada**, sedeada na Rua General Humberto Delgado, n.º 372, Lote 2, em Mira d'Aire, do Concelho de Porto de Mós,

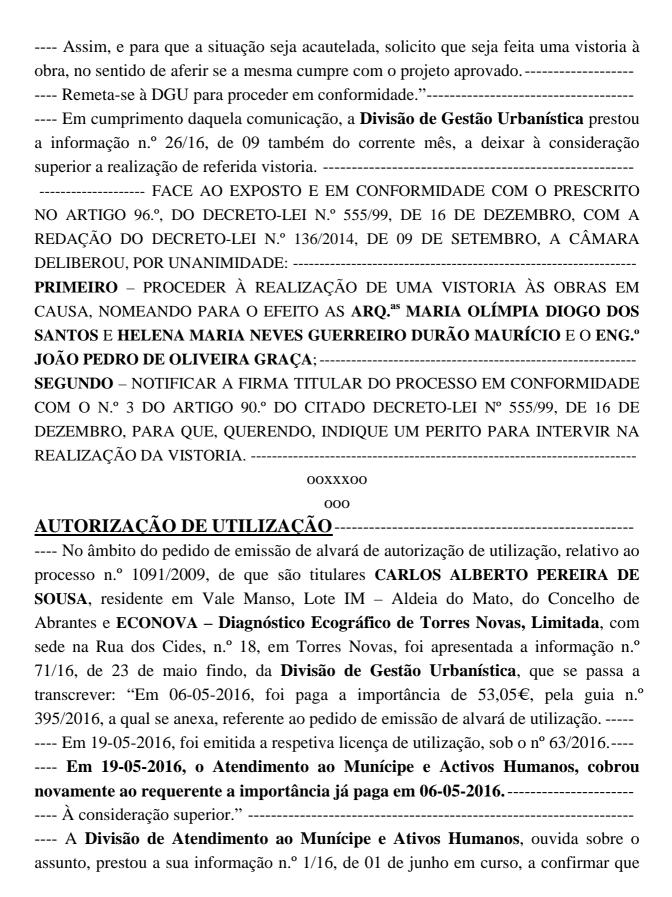


- Requerimento registado sob o n.º 577/2016, de Eliseu Armindo Marques Antunes, na qualidade de sócio gerente da firma em apreço, a solicitar, por motivos que especifica, a concessão de mais 12 meses para conclusão da obra;-
- Informação n.º 53/16, de 26 de abril último, da **Divisão de Gestão Urbanística**;
- Informação, datada de 31 de maio findo, da **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, que a seguir se transcreve: "À c.s. conceder doze meses para conclusão da obra, considerando o referido na presente informação.-----

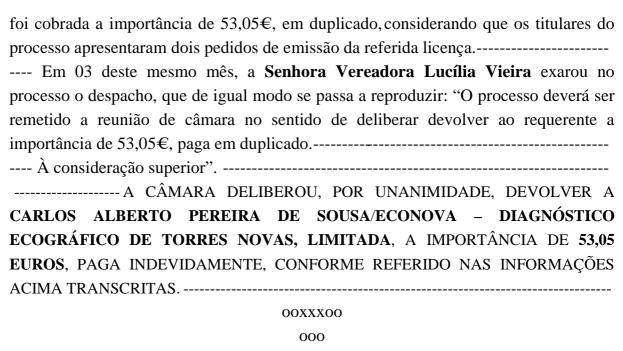




---- No âmbito do processo registado sob o n.º 347/2014, de que é titular a firma TECNORÉM – Engenharia e Construções, S.A., sedeada na Rua Nosso Senhor dos Aflitos, em Moinho da Areia, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, referente ao pedido de construção de um posto de abastecimento de combustíveis com estabelecimento de restauração e bebidas, na Estrada Nacional 113, da dita freguesia, foi apresentada a comunicação interna, datada de 06 de junho em curso, subscrita pela **Senhora Vereadora Lucília Vieira**, que se passa a transcrever: "Nos últimos dias tem sido denunciado verbalmente, a situação do lancil e passeios referentes à obra das bombas de combustível da Tecnorém - Engenharia e Construções, SA, registado nos nossos serviços com o n.º 347/2014, em Moinho d'Areia.-----







<u>LOTEAMENTO URBANO</u> -----

= PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA = -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação n.º 214/16, de 01 de junho em curso, da **Divisão Gestão Urbanística**, a dar conta de que o requerente bem como os restantes proprietários notificados não se pronunciaram da intenção de caducidade do alvará de loteamento, tendo o prazo expirado em 26 de abril de 2016. Refere ainda que, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 289/73, de 06 de junho, a licença do loteamento caduca se o loteamento não obedecer às prescrições constantes do respetivo alvará.----

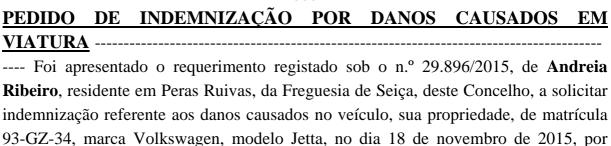


ooxxxoo 000 **ÉPOCA BALNEAR 2016** -----= UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM = ---------- Foi apresentada a informação n.º 164, de 13 do corrente mês, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, que se passa a transcrever: "Considerando que há várias IPSS a solicitarem a entrada gratuita de crianças/ jovens que usufruem destes equipamentos sociais, nas piscinas municipais, proponho que se considere a possibilidade de entrada gratuita a crianças 7 -17 anos, (uma vez que dos 0 - 6 já é gratuita), integradas em entidades de cariz social, no período de época balnear. Cada criança ou jovem poderia beneficiar de 5 manhãs (10H – 14h00) neste período. Este critério pretende acautelar a prevenção solar e o período de menor conflitualidade com outros utilizadores. ---------- A ser aprovada esta proposta, na perspetiva da OurémViva (cf. Documento em anexo) os adultos acompanhantes pagam o custo do bilhete no valor apresentado por esta entidade, isto é 2,00€.--------- Crianças dos 7 aos 17 anos que pretendam permanecer **no período da tarde** pagam 2,50€ e maiores de 18 anos pagam 3,00€--------- Para o efeito, cada entidade tem que fazer o pedido, previamente, com o prazo mínimo de cinco dias úteis, indicando o nome da criança/jovem e a data em que pretende usufruir deste equipamento para efeito de reserva. Caso a piscina já esteja lotada deve ser solicitada uma data alternativa. ---------- Procedimento interno: ---------- A DEAS ou Ourémviva recebe o pedido. ---------- A DEAS emite parecer do enquadramento e encaminha o pedido para a Ourémyiva. ---------- A Ourémviva comunica o deferimento de pedido. --------- À consideração superior." ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA SUPRA TRANSCRITA NOS TERMOS DO REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE OURÉM E REMETÊ-



OOXXXOO

000



instalações da PSP – Polícia de Segurança Pública, sitas na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta Cidade. -----

trabalhadores deste Município que procediam à pintura do portão de acesso às

---- Do processo faz parte uma carta enviada por correio eletrónico no dia 01 de fevereiro de 2016, da requerente, a anexar orçamento no montante de 1.249,57 euros.

---- Ouvido sobre o assunto, o Chefe da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, prestou a informação n.º 13/16, datada de 31 de março transato, a concluir que, pelos factos descritos, não será de imputar a responsabilidade ao município dos danos causados no veículo em questão, pelo menos na sua totalidade, por falta de outros elementos probatórios que comprovem todos os requisitos da responsabilidade civil extracontratual.------

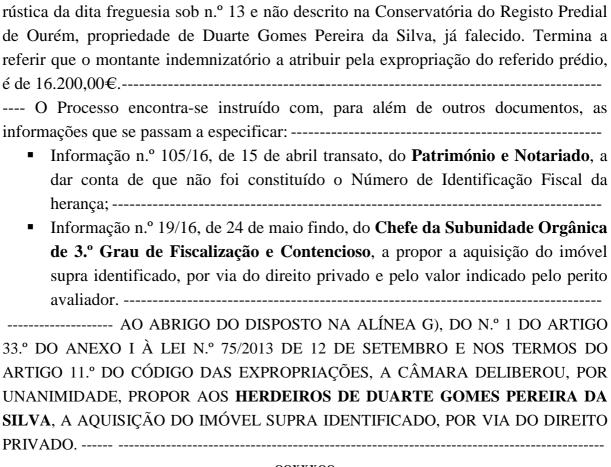
------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ASSUMIR O VALOR DE INDEMNIZAÇÃO DE 1.249,57 EUROS E SOLICITAR À **DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA** QUE PROMOVA O SEU CABIMENTO PARA POSTERIOR AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO QUE FICARÁ DELEGADA NO SEU PRESIDENTE.

OOXXXOO

000

PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL POR VIA DO DIREITO PRIVADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 11.º DO CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES ------

---- Foi apresentada a avaliação registada sob o n.º 11.213/2016, do perito da lista oficial do Tribunal da Relação de Coimbra, **Eng. António Augusto Nogueira Narciso**, sobre o prédio composto por edifico de rés do chão e 1.º andar (em ruínas), confinante com a Rua D. Afonso IV Conde de Ourém, na Vila Medieval de Ourém, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, com a área total de 290 m², sendo 90 m² de área coberta e 200 m² de logradouro, inscrito na matriz predial



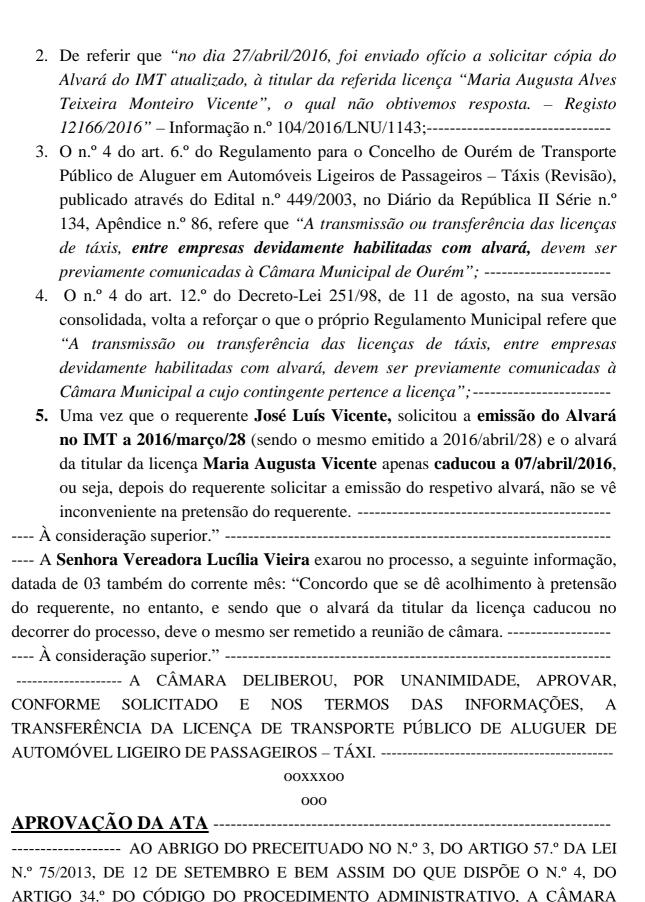
OOXXXOO

000

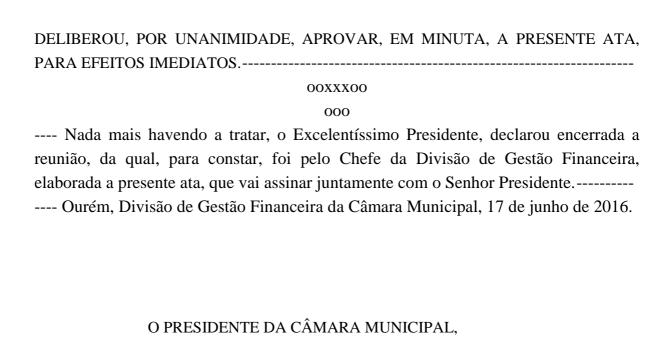
TRANSFERÊNCIA DE LICENÇA DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER DE AUTOMÓVEL LIGEIRO DE PASSAGEIROS - TÁXI ----

- a. **Maria Augusta Alves Teixeira Monteiro Vicente**: Alvará do IMT, 2011/abril/07 a 2016/abril/07 **Caducado**;------
- b. **José Luís Marques Vicente**: Alvará do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, 2016/abril/30 a 2021/abril/29 **Válido**; ----
 - i. Fez o pedido de emissão de Alvará no IMT: 2016/março/28;-----
 - ii. Requerimento na Câmara Municipal de Ourém: 2016/abril/09. ---









O CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA.



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 17/06/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

= Autorização prévia para ações de (re)arborização – Carta registada sob o n.º 16.445/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Maria Madalena Lopes Braçal Mangin.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

2.1. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA NO TRABALHO

= Mapa de Pessoal 2016 – 1.ª alteração – Informação n.º 3, datada de 14 de junho em curso, da Secção de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Contas Consolidadas do Município Ano económico de 2015;
- = Modificação Orçamental 1.ª Proposta de Revisão Orçamental Ano económico de 2016 Informação n.º 64/16, de 13 de junho em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Rede viária e arruamentos Delegação de competências Proposta de alteração aos contratos interadministrativos celebrados com diversas Freguesias do Concelho Informação n.º 65/16, datada de 13 de junho corrente, do Chefe da DGF;
- = Clube Atlético Ouriense Pedido de antecipação de subsídio Carta enviada por correio eletrónico no dia 25 de maio findo, do clube.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- = Pedidos de cedência de materiais:
 - 1. Ofício n.º 84, datado de 01 de junho em curso, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alburitel;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 3445/2016, de Francisco Santos Vieira;
- = Muro de suporte de terras na Rua de Ourém, em Olival União das Freguesia de Gondemaria e Olival Informação n.º 277/16, de 01 do mês em curso, do Chefe da Divisão de Obras Municipais.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



- = Tarifa de recolha consignada Devolução de verba Informação n.º 333/16, de 24 de maio findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
- = Resíduos Sólidos Urbanos Aplicação de tarifa variável a condomínios Informação n.º 355/16, datada de 02 do corrente mês, da DAS;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Inexistência de sistema (Rede de esgotos domésticos):
 - Informação n.º 350/16, de 31 de maio findo, da DAS;
 - Informação n.º 351/16, de 31 de maio findo, da DAS;
 - Informação n.º 352/16, de 31 de maio findo, da DAS;
 - 2. Imóvel desabitado Informação n.º 338/16, de 25 de maio findo, da DAS.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 16.425/2016, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, instruído com a informação n.º 83/16, sem data, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU;
 - 2. Processo registado sob o n.º 83/2016, da firma Ramecel Rede Abastecedora de Mercearias do Centro, S.A., instruído com a informação n.º 42/16, de 08 de junho corrente, da Chefe da DGU;
 - 3. Processo registado sob o n.º 2250/2007, da firma Futurvalor Construção Civil Unipessoal, Limitada, instruído com a informação n.º 53/16, de 26 de abril transato, da DGU:
 - 4. Requerimento registado sob o n.º 302/2014, da firma Móveis Sazes Indústria e Comércio de Móveis, Limitada, instruído com a informação n.º 56/16, de 10 de maio findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade;
 - = Pedido de vistoria Requerimento registado sob o n.º 950/2016, da firma Tecnorém Engenharia e Construções, S.A., instruído com a informação n.º 26/16, de 09 do corrente mês, da DGU;
 - = Autorização de utilização Processo registado sob o n.º 1091/2009, de Carlos Alberto Pereira de Sousa e da firma Econova Diagnóstico Ecográfico de Torres Novas, Limitada, instruído com a informação n.º 01/16, de 01 de junho em curso, da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos;
- = Loteamento urbano Processo registado sob o n.º 5/2016, de Jaime Rodrigues Pereira, instruído com a informação n.º 214/16, de 01 de junho em curso, da DGU.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

= Época balnear 2016 – Utilização das Piscinas Municipais de Ourém – Informação n.º 164, de 13 de junho em curso, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais.

8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Pedido de indemnização por danos causados em viatura Requerimento registado sob o n.º 29.896/2015, de Andreia Ribeiro, sobre acidente ocorrido na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta Cidade, no dia 18/11/2015;
- = Proposta de aquisição de imóvel por via do direito privado, nos termos do artigo 11.º do Código das Expropriações Informação n.º 19/16, de 24 de maio findo, do Chefe da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso.



9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Transferência de licença de transporte público de aluguer de automóvel ligeiro de passageiros – Táxi – Informação n.º 128/16, de 02 do corrente mês, da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamentos não Urbanísticos.

Câmara Municipal de Ourém, 14 de junho de 2016

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 03-06-2016 a 16-06-2016

Processo nº	Requerente	Local
181/2012	Adriano Cardoso Marques	Rua Cimo da Igreja – Espite – freguesia de Espite
935/1985	Amadeu Domingos da Silva Lourenço	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 88 – Fração C – Ourém – freguesia de Nossa Sra. da Piedade
2355/1993	António Batista Carreira	Vesparia – Matas – da união das freguesias de Matas e Cercal
1626/2010	António Manuel de Oliveira Marto	Avenida Beato Nuno - Cova da Iria - Fátima - freguesia de Fátima
139/2015	António Santos Moreira	Rua dos Pastorinhos – Aljustrel – Fátima – freguesia de Fátima
2302/2001	Armando Fetal Ribeiro e Maria do Céu da Silva Carreira Ribeiro	Rua das Terras Novas – N.º 1964 - Cova da Iria – freguesia de Fátima
2538/2009	Iriatur – Empreendimentos Turísticos S.A.	Rua de Santa Isabel, n.º 86 – Cova da Iria Fátima – freguesia de Fátima
28/2016	Joel Duarte dos Santos Jorge	Estrada de Fátima – Fontainhas da Serra - Atouguia – freguesia de Atouguia
626/2016	Lucília Maria Ferraz Baptista	Rua Fonte do Povo – nº 26 - Mata – Urqueira – freguesia de Urqueira
64/2014	Manuel Francisco da Graça	Rua de São Pedro - Freiria – freguesia de Espite
38/2013	Manuel Nunes Gil Oliveira	Vale da Perra, n.º 619 – freguesia de Atouguia
153/2016	Maria Emília Ferreira Figueira	Estrada Coelho Prazeres, nº 117 Maxieira – Fátima – freguesia de Fátima
183/2015	Maria Júlia Pereira Ferreira Vieira	Rua do Adro – Fátima– freguesia de Fátima
359/2015	Marisa Pereira dos Santos Sousa	Rua do Maticó – Bairro – freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
17/2016	Micael Almeida Graça	Granja – Freixianda da União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
434/2016	Pedra Beje – Comércio de Pedras em Lage	Valinho do Curral – Fátima – freguesia de Fátima
335/2015	Sérgio Paulo Ferreira Lopes	Rua Nossa Senhora da Saúde – Lagoa do Furadouro - Nossa Sra. das Misericórdias
2847/2002	Susete Manuel Pereira	Rua dos Portais - Nº 96 – Eira da Pedra – freguesia de Fátima
242/2008	União Desportiva de Gondemaria	Areias - Gondemaria - da união das freguesias de Gondemaria e Olival
2328/2014	Vanessa Henriques Ribeiro	Fazarga – Fátima – freguesia de Fátima



Ourém, 17 de Junho de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 03/06/2016 a 16/06/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
15369	Congregação N ^a . Sr ^a . da Caridade do Bom Pastor	Inspeção de elevador
15405	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima	Licença de ruído
15412	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima	Licença de ruído
15419	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima	Licença de ruído
15409	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima	Licença de ruído
15368	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima	Licença de ruído
15370	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima	Licença de ruído
15364	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima	Licença de ruído
15376	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima	Licença de ruído
15375	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima	Licença de ruído
15366	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Fátima	Licença de ruído
15447	Agrupamento de Escolas de Ourém	Licença de ruído
15458	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Rio de Couros	Licença de ruído
15459	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Rio de Couros	Licença de ruído
15457	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Rio de Couros	Licença de ruído
15582	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia	Licença de ruído



	de Nossa Senhora das Misericórdias	
14628	Acústica Médica, SA	Ocupação de espaço Público
19751	Maria de Fátima Rodrigues Sobreira	Publicidade
14700	Filipe Miguel Pereira Antunes	MCP – RJACSR
10008	Sandrina Manuela Freitas Dias	MCP - RJACSR
16482	Simples e Precioso, Lda	Licença de Ruído
16299	Hotel Casa Vitória	Inspeção de elevador
16035	Condomínio do Edifício Concordata	Inspeção de elevador
16041	Condomínio do Edifício Concordata	Inspeção de elevador
16049	Condomínio do Edifício Lusitano	Inspeção de elevador
16052	Condomínio do Edifício Lusitano	Inspeção de elevador
15979	Condomínio do Edifício Carlos Vaz Faria de .Almeida	Inspeção de elevador
15984	Condomínio do Edifício Castela, 29	Inspeção de elevador
15982	Condomínio do Edifício Bela Vista, 8	Inspeção de elevador
16053	Condomínio do Edifício Santa Teresa de Ourém	Inspeção de elevador
16048	Condomínio do Edifício da Anunciada	Inspeção de elevador
16019	Condomínio do Edifício Quinta do Vale	Inspeção de elevador
16055	Condomínio do Edifício Álamos	Inspeção de elevador
16025	Condomínio do Edifício Castelo	Inspeção de elevador
16029	Condomínio do Edifício treze de maio	Inspeção de elevador
16021	Condomínio do Edifício treze de maio	Inspeção de elevador
16031	Condomínio do Edifício Ourém Real	Inspeção de elevador
16020	Condomínio do Edifício Santa Teresa	Inspeção de elevador
16023	Condomínio do Edifício António Pereira Afonso	Inspeção de elevador
16024	Condomínio do Edifício Justiniano da Luz Preto	Inspeção de elevador
16056	Condomínio do Edifício Olaria	Inspeção de elevador
16022	Condomínio do Edifício Avenida,81	Inspeção de elevador
14628	Acústica Médica, Unipessoal	Rastreio Auditivo



Ourém, 17 junho de 2016

Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)